

**O estatuto epistemológico dos discursos
contemporâneos sobre sexualidade:
re-aproximações histórico-filosóficas
necessárias e algumas considerações
analíticas impertinentes**

César Nunes*

Resumo: Investiga e pesquisa os fundamentos filosóficos e o contexto histórico do discurso moderno sobre Sexualidade, a partir da referência pioneira ao pensamento de S.Freud e sua obra, na construção social da Psicanálise e na produção de novos enfoques sobre a Sexualidade Humana. Retoma as premissas do pensamento freudiano e compara com as idéias e proposituras de W. Reich, debatendo suas divergências teórico-científicas e políticas. Discute a originalidade do pensamento filosófico de H. Marcuse e a tentativa de articulação entre os conceitos sociológicos marxistas e as categorias freudianas de análise do homem e sociedade. Analisa os pressupostos epistemológicos e as diretrizes conceituais do pensamento de M. Foucault, discorrendo sobre suas apropriações institucionais contemporâneas. Apresenta um quadro sinótico das tendências institucionais vigentes na área da Educação Sexual potencialmente radicadas nas perspectivas filosóficas destes pensadores, contrastando seu alcance existencial e diretrizes ético-políticas.

Palavras-chave: Sexo (Psicologia); Sexo-Filosofia; Educação Sexual; Sexo e História.

Abstract: This work investigates and researches the philosophical assumptions of historical context of the modern discourse on sexuality, starting from the pioneer reference of S.Freud's conceptions and this

* Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Doutor em Educação – área Filosofia e História da Educação pela UNICAMP e professor colaborador dos cursos de Mestrado em Educação e Cultura e Especialização em Educação Sexual da UDESC.

work in the social construction of Psychoanalysis and in the production of new views of human sexuality. It retakes the premises of freudian conception and compares it with W. Reich's ideas, debating their theoretical, scientific and political divergences. It discusses the originality of H. Marcuse's philosophical conceptions and the attempts to articulate marxists sociological concepts and freudian categories of analyses of men and of society. It also analyses the epistemological assumptions and the conceptual trends of M. Foucault's conceptions referring to his contemporary institucional appropriations. It presents a synoptic table of contemporary institucional trends in the area of Sexual Education.

Key words: Sex (Psychology); Sex-Philosophy; Sexual Education; Sex and History.

Introdução

O presente artigo busca sistematizar as matrizes conceituais sobre a dialética entre Sexualidade e Poder presentes em quatro campos referenciais da epistemologia da pesquisa em Sexualidade : S. Freud, W. Reich, H. Marcuse e M. Foucault. Trata-se de uma apresentação expositiva meramente propedêutica, pela própria dinâmica deste instrumento de debate, somente justificável em função de possíveis outras aproximações teóricas já desenvolvidas neste campo.

A consolidada tradição de luta institucional para firmar este campo de pesquisa sobre Sexualidade Humana, no âmbito da Filosofia e das Ciências Humanas requer algumas reconsiderações teóricas em vista do afã pela pragmática que tem tomado nossas práticas de Educação Sexual escolar e social desenvolvidas recentemente.

Discute as origens históricas e as matrizes conceituais dos estudos sobre Sexualidade e suas motivações políticas e epistemológicas. Analisa os contextos políticos e as tramas de sentido, as bases filosóficas e os contrastes ético-sociais referentes aos projetos de reflexão sobre Sexualidade. Fundamenta-se nas matrizes do século XIX, a partir do pessimismo existencial de A. Schopenhauer, e articula a eclosão do discurso da vontade em contrapartida ao determinante discurso da Razão, transformado, a *posteriori*, no discurso do desejo em S. Freud e, no século XX, conformado aos dispositivos das matrizes arqueológicas e microfísicas da crítica de M. Foucault, em *scientia sexualis*. Analisa a dissidência teórica de W.Reich e a crítica aos pressupostos da Sexualidade e contracultura de H.Marcuse.

Busca questionar as aproximações científicas sobre Sexualidade, bem como a tipologia empirista e voluntarista de práticas reducionistas neste campo e aborda a questão da panacéia pragmático-conceitual que vige nas diversas esferas de estudos e pesquisas sobre a temática

Freud e o remendo de farrapos no casaco de seda

As obras clássicas de S. Freud, consideradas como as mais conceituais de suas produções, apontadas como aquelas que provocaram a crise paradigmática dos conceitos racionais de *sujeito* e *objetividade*, próprio dos grandes sistemas filosófico-racionais do século XIX, “*O Futuro de uma ilusão*” (1927) e “*O mal-estar na civilização*”, publicado originalmente em 1930, permanecem atuais e instigantes. Freud parte de uma conceitualização *sensualista* da vida humana, superando a tradição *essencialista* e *metafísica*, predominantes na Filosofia alemã da época, cujas matrizes gnoseológicas reportam-se a Kant e Hegel. Freud poderá ser encontrado no outro extremo desta produção filosófica, afirmando a recusa da racionalidade pura do *sujeito* e a negação da *intencionalidade* objetiva dos atos humanos, perscrutando espaços idiossincráticos inovadores de delimitação ontológica da condição humana.

A trajetória histórico-social de S. Freud e as influências teórico-metodológicas recebidas perdem-se no horizonte da heurística contemporânea. Todos procuram encontrar a contradição e o inelutável em Freud, quando não apresentam-no como um libertário anarquista do século XIX, sem alcançar a intrincada evolução de seu pensamento e método e suas bases implicantes na visão de mundo e ética decorrentes. Há ainda, em voga, desprezível subterfúgio da acusação fácil, matreira, intempestiva, própria dos medíocres, sob a argumentação da “superação” de Freud, compreendida de maneira dogmática, monolítica e superficial. Cumpre dizer que ainda prevalece, em nossa tradição cultural, acadêmica e sócio-profissional, uma apropriação banalizada e inautêntica do pensamento freudiano e suas conformações científico-filosóficas potenciais.

As influências dos *mechanists* ingleses, derivadas de seu fecundo contato com Ernest Brücke (1819-1892) e Hermann Helmholtz (1821-1894), seus trabalhos com Theodor Meynert (1833-1892) e a marcante atuação junto a Jean-Martin Charcot (1825-1993), que lhe abriu as portas de Salpêtrière e as primeiras experiências associativas entre os estu-

dos mecanicistas de neuropatologia e o estudo das causas psico-patológicas na Psiquiatria não podem ser descuradas ou olvidadas em sua determinação metodológica e limites epistemológicos.

O conceito antropológico fundante na sistematização freudiana é o *desejo*, entendido como impulso vital, mesclado de características deterministas, consubstanciado na definição da *libido*, que explicaria, em última instância, a onipotente tendência humana em buscar a felicidade, o bem-estar, a mediação de carências, materiais e psíquicas, para a satisfação desta necessidade estrutural, clivada de si, que é a realidade humana individualizada e mediatizada por mecanismos toscos e insuficientes para a adequação hedonista arquetípica. Retornando aos epicuristas gregos, aponta que a *busca do prazer e a fuga da dor* configura a dinâmica existencial de maior potencialidade realizadora e redentora, ainda que sob o desvio padrão da imperfectibilidade proeminente da condição humana decaída. Conquanto tenha ou apresente similaridades conceituais próximas a uma definição *hobbessiana* da natureza humana, vista como intrinsecamente má e violenta, a justificar a necessária dialética da contenção social, inibidora e normativa dos instintos anti-sociais potencialmente destruidores da ordem positiva, Freud encontra justificativas para a frustração social da individualidade, em nome da cultura e sociabilidade controlada. O *princípio do prazer*, idílico e erótico, violento e agressivo, rude e selvagem, teria que ser controlado, frustrado e *sublimado* por práticas sociais edificantes, canalizadas para a manutenção da realidade administrada racional e produtivamente. É aqui aparece e toma lugar a dialética que opõe o famoso *epitáfio do prazer*, configurando as bases do *princípio da realidade*, elemento fundante da cultura, do trabalho e das frustrações *sublimadas* da superestrutura cultural-histórica.

A **sublimação repressiva**, o processo psíquico-cultural e individual-social de frustração consentida dos instintos primários e canalização realizadora de suas potencialidades criadoras para atividades socialmente aceitas e relevantes é a chave da sociologia freudiana. Necessária para a possibilidade da existência da sociedade, em vista de garantir a reorientação criadora e ordenada dos instintos libidinosos primários para objetivos pontuais edificantes e socialmente adequados, este processo seria a mediação estrutural da ética freudiana. Tal *inculcação*, pessoal e coletiva, ainda que seja sempre individualmente percebida, dar-se-ia pelo

concurso das instituições sociais, solidamente hierarquizadas em sua porta-estandarte, a figura da **mãe** primeva e onipresente.

Desde o nascimento, o trauma arquetípico, a ruptura com a experiência libidinosa intra-uterina, onde vivera a hedonista situação de encontrar-se integrado plenamente a seus desejos e carências, sem mediações, a criança experimentará esta frustração coercitiva, sustentada no processo educacional doméstico e social. Na instituição familiar aprenderá a controlar seus sentimentos e será induzida a reprimir suas energias, pela introjeção temerosa da figura do pai, que simboliza o guardião social, sob a forma de uma consciência moral primária, responsável pela inibição de seus instintos eróticos e violentos para a adequada expressão de comportamentos produtivos, obedientes e socialmente aceitos.

Neste processo de *castração educativa* a figura do **pai** representa a advertência aos perigos da liberdade instintiva, o demiurgo da ordem e a realização sublimada da proteção e do amor mitigado. A admiração da força e o medo do castigo, a atração da violência e a proteção da fragilidade, contrastes desafiadores com que se depara em sua finitude truncada e sublimada, exercem a função de inibir e controlar os impulsos libidinosos condenados socialmente. O medo deste pai onipotente introjeta o sentimento de culpa, fundante da consciência moral, que determinará a maior ou menor eficiência do controle social e da representação sublimada deste totem tipológico da autoridade. A figura paterna internaliza a tensão do arraigamento moral na cultura e na sociedade, desenvolvendo com o pai os sentimentos contraditórios de amor e de hostilidade. O sucesso desta inculcação primitiva da autoridade, consubstanciada na tensionada realidade do complexo de Édipo, garantirá a introjeção dos demais níveis de normatização social. O pai repressor representar-se-á na escola, na estrutura jurídica, no núcleo parental, no Estado e na unidade produtiva, a fábrica moderna. As cinzas e ruínas do *princípio do prazer* tornam-se o cimento da convivência social e do *princípio da realidade*, cuja materialização mais eficiente dá-se na dimensão alienada e sublimada da produtividade do **trabalho**.

Para a eficiente inculcação destas teias de controle social, Freud convoca o concurso da educação, primeiramente doméstica e posteriormente exercida pelas canônicas estruturas institucionais e jurídicas da sociedade. O conceito de educar assume, na mundividência freudiana, a mesma significação de enquadrar, reprimir, coagir, sufocar, exercida como

um processo de contenção das libidinosas pulsões *eróticas e thanáticas*. Tal movimento tem que ser totalitário e eficiente, o contrário provocaria pôr em risco a sobrevivência institucional da própria sociedade e cultura. A repressão, a clivagem e a contenção destes impulsos é o apanágio da educação e da cultura. Para compensar este processo de negação repressiva destes impulsos, a sociedade, através de suas instituições educacionais e produtivas, ofereceria a satisfação econômica, bálsamo da insatisfação erótica generalizada.

Ainda que Freud tenha peremptoriamente afirmado que sua conceituação de *libido* não se restringia a uma consideração *genital* do prazer erótico, mas que se traduzia em formas difusas de conseguir a satisfação das múltiplas necessidades humanas, materiais e psíquicas, didaticamente apresentadas em cristalizações erógenas através do processo de evolução psicosssexual da criança até sua emancipação adulta, muitas vezes suas categorias e conceitos são banalmente solapados. Todavia, seu empirismo não deixa de considerar que o prazer sexual é a consubstanciação plena de toda forma de prazer. O amor genital é a mais intensa experiência erótica e a mais qualificada sensação erógena. A civilização tem esta clareza, e promove a repressão intencional e explícita sobre as práticas sexuais, pelo medo das angústias que pode provocar e nos distúrbios sociais que desencadeia. Assim, somente uma *alienação* eficiente, ainda que este termo seja *marxista* e não freudiano, é que pode equacionar e canalizar estas energias extorquidas desta idílica natureza erógena dos homens, para direcioná-las às expressões socialmente aceitas e controláveis. A prática da educação familiar e social leva a uma indefinição e perda de precisão ou identidade do amor sexual, objetual, definido, ôntico, e leva a uma consciência e vivência *alienada*, pelas preleções morais e inculcações comportamentais, erigidos diante de apelos a um amor universalista dirigido a toda a espécie humana. Esta sublimação primeira, universalista e generalizadora, esvazia as frustrações das impossibilidades de conquistas particulares, intencionais, contábeis, passíveis de serem vistas e sentidas na opacidade da vida cotidiana. Vivemos uma sensação de pertença genérica a um “todo” fictício, que nos liberta da precariedade real de nossa existência clivada, nihilistamente determinada, mediante a promessa de um amor universal permitido e incentivado, calmante para os desvios frustrantes dos dias reais, a amortecer narcoticamente o egocentrismo exigente e faminto das pulsões naturais *idióticas*.

O segundo nível desta alienação ou sublimação repressiva dá-se com a institucionalização do permitido, com a extensão e assimilação do amor controlável e da eficiência do *amor comedido* e exaltado pelas normas e interdições sociais, éticas e morais. O *excedente libidinoso* extorquido neste processo de repressão faz com que a civilização venha a usá-lo para suas atividades de reprodução e manutenção, erigindo finalidades edificantes para sua continuidade, prioritariamente expressas no trabalho e no sucesso social. Estas assertivas freudianas nos permitem afirmar que, segundo seus pressupostos, *não há sociedade sem repressão da sexualidade*. Ao considerar a sociedade tipificada em suas formas históricas como a realidade subsumida da civilização, não resta qualquer possibilidade de educação sexual que não esteja voltada, orientada, articulada e garantida por estas finalidades repressoras, alienantes, edificantes e produtoras de uma legião adestrada de *normais infelizes*, só assim potencialmente capazes de produzir e seguir regras, sem medo da *liberdade libidínica* do mundo do prazer e da *consciência egóica*, sem os perigos do desconexo e *amplexo inferno dos desejos sexuais*.

Reich e a revolução sexual coletiva e naturalista

W.Reich, discípulo de Freud, dissidente da Sociedade Psicanalítica controlada por este, configura uma nova perspectiva para as concepções de Sexualidade e , por conseguinte, da compreensão endoculturativa de uma sublimação repressiva imposta pela sociedade, cultura e inculcação civilizatória. Sua abordagem é também *empirista* e *sensualista*, não partilhando da antropologia idealista alemã, hegemonicamente vigente em sua época, mas, ao contrário, afirmando as bases *materialistas* de uma concepção da condição e ação humana. Suas premissas contestam o *determinante indeterminado* da necessidade repressiva da cultura e civilização, de modo a controlar, inibir e gerenciar, sublimadamente, os impulsos sexuais primários, para a possibilidade institucional da vida e atividade em sociedade. Não há, para Reich, esta contrafação estrutural entre natureza e sociedade, entre sociedade/cultura e natureza instintiva, concebida como uma expressão rústica, incontrolada e incontrolável, definição dualista fundante a exigir e fazer parecer inevitável que a coexistência de indivíduos em sociedade venha a constituir-se a partir da hipótese repressiva arquetípica.

Recolocado no dilema rousseauiano, prefigurado no contraste tipológico e maniqueísta entre a natureza bondosa e equilibrada e a sociedade/cultura perversa e repressora, Reich afirma a inversão dos conceitos primários de Freud, apontando como causas das violências, conflitos e degenerações repressivas e castradoras, não a *vis naturalis*, instintiva e demiúrgica, mas a deformação desta, sua negação primária através do processo civilizatório castrador, onde a família e a educação social seriam agentes onipotentes da produção degenerada de indivíduos frágeis, impostores, clivados de sua idílica identidade. Seria mesmo a reedição do princípio rousseauiano, “o homem nasce bom, a sociedade o deprava”, agora interpretado a partir da dinâmica da sexualidade individual, que se traduziria no axioma “o homem nasce sexualmente livre, voltado para o prazer natural, dotado de potencialidades orgásticas equilibradas, a educação familiar e social o corrompe, nega este prazer natural, destrói seus desejos e desagrega sua capacidade erótica fundante”.

Decorrente de sua atuação política e determinação ético-socialista, Reich construiu uma outra relação entre a dinâmica da repressão e a natureza humana. Para ele, é a sociedade que precisaria ser transformada, pois afastou-se muito, pelas deformações institucionais que produziu, da matriz primeira, afetuosa e prazerosa, idílica e igualitária, que marca a identidade humana. Os instintos sexuais primários, ordenados e abundantes, formam invertidos e alienados por uma educação repressora e castradora, capaz de produzir máscaras e couraças, centradas sobre a dominação, a moral autoritária, o poder das religiões e a exploração alienante do trabalho. A felicidade humana somente seria alcançada se pudéssemos retornar aos pontos mais próximos de nossas carências e vivências naturais. Isto significaria buscar desmascarar os mecanismos repressores da educação social castradora, intentando liberar as formas mais primárias de prazer e convivência, associando-as aos instintos sexuais materiais e experimentais. O prazer sexual seria a expressão da natureza humana, assim, quanto mais pudéssemos educar para a vivência deste prazer, mais cedo estaríamos nos libertando da couraça e do mascaramento hipócrita e repressivo da civilização autoritária. Não são os instintos sexuais que devem ser reprimidos, é a natureza humana que deve ser resgatada, o prazer que deve ser redimensionado e buscado.

A teoria reichniana parte do terreno histórico. O capitalismo, entendido como a organização das forças produtivas em vista do lucro e

da exploração, consumiu grande parte da energia orgástica para a produção material e o acúmulo de bens. Assim através da moral vitoriana, representativa da ética capitalista, o capitalismo concentrou a expressão da sexualidade ao redor da família patriarcal procriativa, classificando e proibindo as expressões e vivências que estivessem de acordo com a marca da sociedade exploratória e desumanizadora. A ideologia repressiva decorrente da moral vitoriana e o controle institucional da família autoritária seriam os responsáveis pela formação de indivíduos alienados e infelizes, incapazes de relações eróticas de amor e de reciprocidade e duramente enquadrados e educados para viver sob uma atmosfera que nega o amor verdadeiro e natural e o prazer orgástico, contentando-se, na repressão de massa, com expressões fetichistas e fraudulentas destes impulsos libidinosos gratificantes, sublimando-os no trabalho, no exercício do poder, no controle dos outros semelhantes e na vontade de ter e possuir bens ou coisas. O trabalho nas fábricas ordena e disciplina os corpos para a alienação sexual, esgotando a energia orgástica no afã de produzir, extorquindo a produção e negando o prazer. Sua crítica institucional da família procriativa é dura e contundente, para este autor é a família o núcleo original da repressão, núcleo básico da civilização repressiva e castradora. O papel da família consiste em disciplinar e inverter as expressões naturais de busca de prazer para realizações sublimadas de ordem e de disciplina, de aceitação da realidade e submissão às leis e instituições, de disciplinar os corpos para o trabalho e a procriação, eximindo as práticas tidas como anormais ou perversas, para além da forma familiar-patriarcal. Os instintos eróticos da criança deveriam ser podados pela educação familiar e escolar, até sua sublimação maior que seria a produção e a vida nas fábricas, onde se consumaria a negação de toda expressão erótica. Desde a descoberta medrosa e carregada de preconceitos do prazer em seu corpo, através da manipulação e masturbação, a criança receberá uma carga de medos e culpas sobre seu corpo, que a fará interromper estes jogos de descobertas eróticas em si e com seus irmãos ou amigos, constituindo este núcleo o alicerce da castração. A punição e o medo são as formas da família trabalhar a significação da descoberta sexual, abrindo espaço para indivíduos fortemente vigiados e incapazes de iniciativas próprias na busca de suas satisfações eróticas.

No processo de educação social, repressiva e anti-natural, a sexualidade da criança vai adquirindo deformações anti-sociais e anti-eróticas, canalizadas para formas de violências e satisfações fetichistas, criando seqüelas e marcas individuais que tendem a ampliar-se à medida que os indivíduos vão se defrontando com novas interdições sociais, sempre pautadas pela mesma matriz repressora e controladora de corpos, inibidora da vivência e contato gratificante com os prazeres naturais orgásticos e eróticos. O resultado final deste processo de educação e repressão civilizatória e social é, na dinâmica da sexualidade, o permanente bloqueio das manifestações afetivas e da capacidade de amar, de estabelecer relações de afetividade e companheirismo, de gratificações eróticas plenas, além do surgimento de tendências sexuais agressivas e violentas, substitutas das expressões primárias, estas últimas carregadas de ódio e de gosto pela violência, simbólica e real. Na expressão do campo social e institucional este mecanismo se dá com variações curiosas e dialéticas, para Reich, pois a mesma sociedade, centrada na castração familiar e na repressão alienante da produção faz com que seja possível entrever a vinculação que há entre este processo de âmbito familiar, que cria indivíduos submissos, mas com forte ânsia de dominação, sempre almejando controlar os supostamente mais fracos, os filhos, os subalternos, a mulher, como forma de compensação desta experiência alienadora fundante, ao que Reich associa ao processo de castração social, de natureza sexual, a um processo de castração política e ontológica. Para Reich há uma notável identidade entre estes processos castradores, uma determinada educação sexual, centrada na inibição da erótica infantil, produz todo um conjunto de caracteres que extrapolam a esfera da sexualidade, formando a personalidade do indivíduo como um todo, para a representação dos papéis sexuais e sociais. Nesse sentido, é forçoso reconhecer a ligação que este autor nos faz, vinculando a dinâmica que produz crianças sexualmente reprimidas para que estas se tornem, *a posteriori*, no futuro, no plano familiar, pais autoritários e, na esfera sócio-política, trabalhadores operativos e cidadãos submissos.

Marcuse e a educação sexual humanizadora pela contra-cultura militante

Marcuse pode ser considerado um marco original da reflexão sobre Sexualidade e Poder. Derivada da Escola de Frankfurt, que assume

inovações temáticas e políticas frente ao mundo entre-guerras, buscando novas perspectivas para o pensamento marxista, não alinhada com o stalinismo vigente, nem deixando de lado os constructos do método dialético, esta escola produziu um fecundo ensaio crítico da modernidade e propôs novas teias de interpretações filosóficas sobre nosso tempo.

Marcuse não generaliza idealistamente a origem da repressão e castração civilizatória dos instintos primários. Procura sempre a explicação e os processos causais históricos e políticos: a mudança das forças produtivas e sua dinâmica social de apropriação e organização da vida material é que explicariam, em última instância, estas coordenadas repressivas e exploratórias, voltando a fundir a determinação da *alienação política com a sublimação erótica*. Coerente com sua formação pluralista, lança mão de uma interpretação antropológica para definir a ditadura da necessidade dos primeiros agrupamentos humanos, que gastavam muita energia na produção material de sua sobrevivência, extraíndo da natureza sua manutenção e continuidade como espécie. Tal dialética da necessidade reduziria, neste estágio, as possibilidades eróticas de gratificação e prazer, nos primeiros agrupamentos humanos. Assim Marcuse distancia-se de Reich e Freud na identificação de uma idílica vida natural e erótica arquetípica. Os homens tiveram obstáculos poderosos interpostos ao seu processo de sociabilização e produção social da vida. Houve necessidade de canalizações institucionais simbólicas e meios de produzir e inculcar a renúncia a seus prazeres imediatos para a conquista do mundo do trabalho, suporte institucional e material da sociedade e única plataforma explicativa das redes de poderes. Sua explicação *histórico-filosófica* entabula um diálogo fértil entre os fundamentos da concepção materialista da História e as coordenadas antropológicas derivadas da original síntese produzida a partir da ciência nascida em Freud.

Mas, a própria dinâmica das forças materiais e produtivas encarregara-se de libertar o homem das peias do sacrifício do trabalho. Em consequência do processo histórico e do avanço significativo das forças produtivas, isso já não seria preciso. Poder-se-ia, sem dúvida, nas condições atuais da produção material humana e capacidade acumulada de quantificação das transformações operadas na extração das necessidades materiais da natureza, consubstanciada na produção tecnológico-industrial, diminuir sensivelmente a jornada de trabalho diário sem pôr em risco o bem-estar de toda a sociedade. Há um excedente de produ-

ção e uma capacidade orgânica de produzir que deveriam estar dispostos à liberação humana do afã de trabalhar, de extrair da natureza sua possibilidade árdua de manter-se vivo. Todavia, isto não se dá pôr razões históricas que devem ser buscadas no estudo das causas e nas considerações dos processos de organização política das sociedades, através do exame das formas de exercer, significar e manter o poder econômico e ideológico, nos contextos e épocas. O referencial marxista determina a explicação histórica das transformações do capitalismo, desde a comunidade primitiva, passando pela Antiguidade e feudalismo, até materializar-se nas modernas formas de produção fabril e industrial. A burguesia, aqui definida como a classe detentora dos meios de produção, teria tido a habilidade histórica de canalizar a produção material da sociedade em seu proveito, num processo condenável e cruel de desumanização e barbarização das massas proletárias e exaltação do afã do lucro e da ideologia do consumo. A grande parte das sociedades e classe marginais vive em condições precárias de sobrevivência, oprimidos pela ditadura da necessidade, afirmaria Marcuse, misturando uma explicação sociológico-política com uma consideração conjuntural da geopolítica dos anos pós-guerra. Esta situação política produz as desigualdades e as carências irreais e desnecessárias para as grandes maiorias, num mundo potencialmente opulento e materialmente fecundo.

A civilização ou sociedade ocidental, considerada a representação cultural deste processo analítico, não é deterministamente considerada repressiva, não faz parte de seu discurso interpor uma tensão entre uma natureza repressiva da sociedade ou ainda um contraste intrínseco entre natureza e cultura. Sua arqueologia sociológica é otimista, sobretudo ao afirmar que é fundamental para a sobrevivência da própria espécie humana que a civilização atue transformando radicalmente a natureza, enquanto o mundo do homem, e neste processo de humanização da natureza, seja capaz de potencializar e socializar a possibilidade material da vida de prazer e abundância.

Se não fosse dinâmica exigente da civilização/sociedade, o animal homem manifestaria instintos correspondentes a necessidades biológicas pouco diferentes dos instintos animais. Com a organização cultural, decorrente do domínio social de forças produtivas, as necessidades e *instintos biológicos* primários e disformes transformam-se em necessidades e *instintos humanos* socialmente definidos, o que implicaria em aumento ple-

no e incomensurável da gratificação do prazer. Este ideal paradisíaco e teleológico, todavia, supostamente possível no terreno histórico, estaria intrinsecamente separado da natureza perversa da sociedade capitalista atual e na cultura que a simboliza. Sua identidade produtiva faz com que a *deserotização* do ser humano, das grandes majorias, seja sua marca principal, e a canalização conseqüente deste processo, através da ideologia do desempenho econômico, acaba por desumanizar o processo de trabalho e conseqüentemente as massas trabalhadoras, configurando a armadilha ideológica de alienar o excedente produzido para o lucro das classes patronais e a exploração das camadas dominantes. A sociedade capitalista é sim, a matriz da repressão sexual, entendida aqui como o totem, como a performance cultural do capitalismo, capaz de controlar as energias eróticas existentes, alienando-as para o trabalho sem sentido e conseqüentemente, sendo capaz de sublimá-la no consumo e em suas significações; ao mesmo tempo que reduz a potencialidade erótica e estética do homem à forja da sexualidade genital, procriativa, reprimida, atrofiada, restringindo-se à promoção e exibição de uma *hierofania* das zonas genitais, vinculadas aos interesses de procriação ou seus fetiches.

A dura crítica de Marcuse contra a sociedade dos estereótipos sexuais ainda não foi profundamente assimilada pela pesquisa em Sexualidade Humana realizada entre nós. Marcuse não compartilha um pessimismo histórico ou advoga uma impotência institucional, sua crítica é política e sua proposta de educação Sexual deriva da sua militância. Reconhece que há um cada vez maior afrouxamento do controle capitalista das formas de repressão, embora identifique que a Revolução Sexual, preconizada pelos movimentos de juventude dos anos 60, tenha sido habilmente subsumida e incorporada aos interesses e significações repressoras e consumistas do capital. Discorda de Reich, que via na contabilização das práticas a arma da superação simbólica da repressão, ao afirmar que as práticas atuais são promovidas com a tipologia do consumo, do desempenho econômico produtivo, sendo mecânicas, quantitativas, genitais e deserotizantes, ao invés de libertadoras ou potencialmente redentoras ou orgásticas, na profilaxia social-sexual reichniana.

A prática repressiva tende a diminuir na esfera da autoridade nuclear familiar, sendo o pai substituído pelo burocrata, pelo patrão e pelas estruturas de vigilância e produção social. O velho pai freudiano desmaterializa-se diante do aparato burocrático operacional da socieda-

de industrial. O consumismo de bens e supérfluos, necessidade e ideologia desta sociedade, tende e exige a liberação sexual compensatória e compulsiva. Trata-se de uma liberação desumanizadora forjada sobre o caráter desta própria sociedade, que permite a quantificação de atos sexuais, mas inibe os sentimentos e encontros ontológicos, dá-se pela lógica do desempenho, da posse, do egocentrismo, da competição e desconfiança. A soteriologia da sexualidade compensatória não capacita para relações humanas solidárias, seria uma fraude delas, em encontros objetuais, mecânicos, quantitativos, com quase nenhuma expressão afetiva ou alguma ética de comunhão, exercida como ato sexual, por não conseguir alcançar a qualidade de uma relação. O prazer mecanizado da sociedade de consumo, objetual e exótico, com bonecas de plástico, vibradores, roupas, chicotes e outros engenhos ilustra bem a solidão e alienação da sexualidade contemporânea, na ótica de Marcuse.

Marcuse define essa forma muito especial de liberação consumista e produtiva da energia sexual como um processo de *dessublimação repressiva*; com o termo querendo delimitar a natureza fraudulenta e aparente da liberação de EROS e reafirmar que a repressão sexual continua ainda presente, só que agora sob novas expressões, tentáculos e simbologias. Sua proposta de liberalização humanizadora tem suas delimitações na sociedade política, somente em uma sociedade que viesse a superar as matrizes alienantes da produção é que teríamos condições sociais e antropológicas de reconstruir uma sexualidade humana prazerosa, que materialize no corpo a potencialidade criadora do prazer e não sua barbarização no trabalho, que viesse ativar necessidades orgânicas biológicas que se encontram reprimidas ou suspensas, distante das quantificações seriadas e compensatórias atuais. A luta nesta política deveria incitar a uma negação da burocracia das relações, do limite institucional da produção e da impessoalidade das relações sociais, através de práticas revitalizadoras da palavra, do sentido, dos sentimentos e do prazer. Não significa destruir a máquina e retroceder ao mundo saudosista primitivo, as forças produtivas não permitem isto, para a sobrevivência da própria espécie humana, mas para negar toda a máquina cultural, educacional e ideológica que se construiu neste processo histórico-social. Decorre desta luta uma educação sexual re-humanizadora, respaldada em negações do princípio do desempenho e objetualização das relações sexuais, passível de ser construída em espaços de luta institucional

e política e em trincheiras de debate ético-educacional. A educação sexual dentro da contra-cultura.

Foucault e a micropolítica da subjetividade

Não é tarefa fácil investigar as teias conceituais e semiológicas de M. Foucault. Sua produção teórica avassaladora teima em fugir de classificações temáticas e institucionais e deslizar sorrateiramente entre as fronteiras dos marcos entre “escolas” e “ismos”. Foucault estuda a sexualidade sob novas óticas, parte sempre, coerente com seu método arqueológico, da negação enfática de que a civilização moderna tenha intentado reprimir, no sentido freudiano e reichniano do termo, a vida sexual dos indivíduos. Sua intenção é controlá-la e normatizá-la.

Distingue as formas histórias das rupturas na concepção e controle do sexo e sua expressão social, nos primórdios do capitalismo, mas não afirma a mesma natureza repressiva e castradora nos atuais estágios desta sociedade, quando a necessidade de vigiar e controlar é mais imperiosa do que a inibição das práticas. Não nega que o sexo fora historicamente reprimido e que a dialética marxista-freudiana tenha apontado sua canalização para o trabalho explorador e desumanizador. Mas agora, com o aparato institucional do sistema capitalista já implantado, o seu funcionamento prescinde inteiramente da repressão sexual, nestes moldes básicos. No momento presente, a lógica de poder da civilização contemporânea faz justamente o jogo repressivo ao contrário de seus ritos iniciais, pretende liberar sexualmente os indivíduos para melhor controlá-los através de eficientes dispositivos institucionais e dos saberes que destas decorrem. As práticas sexuais intercalam-se no universo das redes de poder e vigilância, dos interesses do consumo e na satisfação quantitativa, nos alucinógenos simbólicos e nas representações salvíficas da mercadoria. Sexo monogâmico, poligâmico, homossexual, heterossexual; alternam-se significações e discursos, mas a tese central de Foucault continua a soar: a sociedade quer a produção de um objeto de conhecimento, onde reside seu poder.

Multiplicam-se os meios de extorquir a verdade do sexo, a “vontade de saber”. Todos os aspectos mais íntimos e pessoais da vida sexual vão parar nos livros de Medicina, Psiquiatria, Sexologia, Pedagogia; a sociedade é capaz de construir uma sexualidade circunscrita ao redor do casal monogâmico procriativo basilar e ao mesmo tempo construir o

corolário do sexo controlado, na *psiquiatrização do sexo dos perversos*, na *histericização do corpo da mulher* e no movimento de *pedagogização do sexo das crianças*.

Para a eficiência desta prática, apresenta a dialética do saber e poder, das práticas de vigilância e do poder da confissão. A nova lógica da dominação consiste em falar de sexo e fazer falar dele. É um dispositivo profundamente arraigado no comportamento humano desde a Idade Média. A sociedade atual recuperou a prática da confissão, através da institucionalização dos discursos e saberes, disseminando-a amplamente em todas as atividades humanas, sendo técnica empregada nas mais distintas instituições sociais, erigindo a *societas confessanda*, aqueles que são levados compulsoriamente a confessar-se diante dos pais, dos professores, perante o juiz, o médico, o professor, o pai, os amigos, os amantes, o policial, até diante de si mesmos, numa clivagem ontológica esquizofrênica eficientíssima entre a razão e o desejo. À prática da confissão corresponde o exercício da condenação, tanto quanto para sanção da pena quanto para o prêmio do perdão. Daí erigir-se a interlocução com os dispositivos controladores da sexualidade, quem extorque ou expropria o saber do sexo e a verdade da confissão representa e exerce seu poder. Nesta dialética a sociedade controladora refaz sua identidade e estabelece a verdade. Diante desta verdade extrinsecamente formulada, institucionalmente conferida, teremos que acatá-la para saber quem somos, para ter consciência do que representam ou permitem que sejamos ou façamos de nós. Não é possível a cada homem saber quem ele é sem o recurso ao que dele foi dito, ou permitido ser dito, pensado, assimilado. Esta contradição fundante nos perturba de tal maneira que somente podemos definir e entender quem somos ao incorporar a verdade que foi omitida ou tecida institucionalmente sobre nós. Encontramos, então, em uma trama e dilema estruturalista, da qual só sairemos abandonando todo e qualquer discurso, pois é no recôndito do discurso que repousa a grelha do poder.

Invertendo as causalidades entre natureza e cultura, FOUCAULT afirma que todos os dispositivos e saberes sobre sexo e sexualidade, as normatizações entre o normal e o patológico são precárias construções sociais, erigidas na dialética entre este saber e o poder, não havendo qualquer alusão a uma explicação primária que estabeleça a noção ou imperativo de instintos, ou impulsos determinantes, instintivos ou primári-

os. Tudo pelo social. Seu pensamento fundamenta-se em pressupostos que negam uma arquetípica *natureza humana*, e mesmo que sensações primárias nos conformem como seres, estas são definidas pela luta social e pela representação ideológica dos dispositivos e códigos sociais de poder. Em resumo, a forma de uma superação desta trama nos remeteria ao terreno individualista da recusa do discurso e da negação de qualquer saber institucionalizado. A completa imperturbabilidade epicurista, da autarquia estoica ao atarácico nirvana do sujeito, abstraído de mediações, até mesmo da tessitura da linguagem e das fantasmagorias das coisas.

Considerações finais impertinentes

Em vista destas sistematizações analíticas, afirmamos que não se pode assumir um determinado discurso ou forma de atuação metodológica em sexualidade humana sem uma prévia consideração dos processos teóricos e das diretrizes conceituais que dão forma e subjazem aos procedimentos práticos. Um educador que venha a abordar a sexualidade humana numa situação institucional ou investigativa deverá informar-se das premissas e atentar para o alcance, epistemológico e político, de suas idéias e proposituras. Trata-se de um *a priori* científico e um cuidado ético essencial, para que não se repitam as panacéias medíocres sem sustentação teórica ou as supostas consolações empíricas irreponsáveis que proliferam como modismos e engodos receituários sem eficácia histórica.

Intentar encontrar os recursos dos mestres da Filosofia e da História, assimilar criativamente suas reflexões e apresentá-las de maneira inovadora e adequada é o desafio que permanece para todos os educadores que não aceitaram a capitulação à motivação emocional e oportunista da exaltação da sexualidade numa perspectiva pedagógica, objetivando chegar aos horizontes emancipatórios da perspectiva educacional em sexualidade humana.

Bibliografia

ANDERSON, P. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

- APPIGNANESI, R. **Conheça Freud**. São Paulo: Proposta Editorial, 1979.
- APPLE, M. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guababara, 1981.
- ARIÈS, P. e BEJIN, A. **Sexualidades ocidentais**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ASSOUN, P. L. **Freud e a mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- BADINTER, E. **O mito do amor materno**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. **Um é o outro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BERNARDI, M. **A deseducação sexual**. São Paulo: Summus, 1985.
- BULPORT, A. K. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CAVENACCI, M. **Dialética do indivíduo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHAUI, M. **Repressão sexual: esta nossa desconhecida**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CLAVREUL, J. **A ordem médica – Poder e importância do discurso médico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DELUMEAU, J. **A Civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **História da Sexualidade, A Vontade de Saber**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **História da Sexualidade, O Cuidado de Si**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **História da Sexualidade. O Uso dos Prazeres**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

- FOUGEYROLLAS, P. **Ciencias Sociales y Marxismo**. México: Fondo de Cultura Economica, 1981.
- FOUREZ, G. **A Revolução sexual**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Lisboa: Livros do Brasil, 1982.
- FROMM, E. *et al.* **Marcuse polêmico**. Lisboa: Editorial Presença, 1969.
- _____. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsões políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LEPAGNEUR, H. **Antropologia do Prazer**. Campinas: Papirus, 1985.
- MALINOWSKI, B. **Sexo e repressão na sociedade selvagem**. Petrópolis: Vozes Ltda, 1973.
- MANTEGA, G. **Sexo e poder**, São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARCUSE, H. **Eros e Civilização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- _____. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1971.
- MÈSZAROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais**. São Paulo: Ensaio, 1986.
- NUNES, C. A. **Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação – UNICAMP, 1996.
- _____. **Aprendendo Filosofia**. Campinas: Papirus, 1986.
- _____. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.
- NUNES, C. e SILVA, E. **As manifestações da sexualidade da criança**. Campinas: Ed. Século XXI, 1997.
- REICH W. **A Revolução Sexual**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **A função do orgasmo**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROMERO, E. (org) **Corpo mulher e sociedade**. Campinas: Papirus, 1995.
- ROSEN, G. **Da Polícia Médica à Medicina Social**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ROUSSEAU, J. **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1992.

34 • César Nunes

ROUSSELLE, A. **Pornéia: sexualidade e amor no Mundo Antigo.**

São Paulo: Brasiliense, 1984.

RYCROFT, C. **As idéias de Reich.** São Paulo: Cultrix, 1971.

SALLES, C. **Nos submundos da Antiguidade.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VAINFAS, R. **História e sexualidade no Brasil,** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VASCONCELOS, N. **Os dogmatismos sexuais.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Sexo e amor na adolescência.** São Paulo: Moderna, 1992.

VÁSQUEZ, A. **Filosofia da Praxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VEYNE, P. **A elegia erótica romana.** São Paulo: Brasiliense, 1985.